

EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História A

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 623/2.ª Fase

13 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2016

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

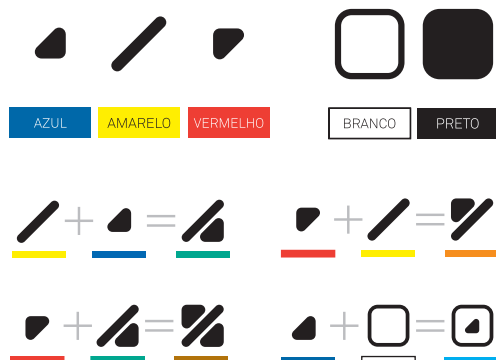
Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.



ColorADD

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO



BRANCO | PRETO | CINZENTOS



TONS METALIZADOS



TONS CLAROS



TONS ESCUROS



Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvam a produção de um texto, a classificação tem em conta a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PORTUGAL – O PAÍS URBANO E CONCELHIO NOS SÉCULOS XIII E XIV

Carta de Feira de Vouzela (1393)

D. João I, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, a vós juízes e concelho e homens-bons do julgado de Lafões, saúde.

Sabei que os moradores do burgo de Vouzela nos mandaram dizer que el-rei D. Dinis, nosso bisavô [...], querendo fazer graça e mercê aos moradores do dito lugar, lhes dera e outorgara privilégio em que ele mandava que houvesse no dito lugar uma feira franca em cada ano e outorgara certos privilégios àqueles que à dita feira viessem [...]. [No entanto,] por causa das guerras e da grande crise e pobreza que se seguiram, há muito tempo que não se realizava a dita feira nem dela se tirava proveito. E mandaram-nos pedir por mercê que lhes outorgássemos a dita feira.

10 E nós, vendo o que nos disseram e pediram e querendo fazer-lhes graça e mercê, porquanto o dito lugar de Vouzela é o melhor e o mais honrado lugar desse julgado, por ser mais povoado e porque é ponto de passagem de muita gente, temos por bem e outorgamos que possam aí fazer a dita feira em cada ano, no primeiro dia de agosto, a qual mandamos que dure oito dias; e que a dita feira e aqueles que a ela vierem tenham os privilégios, as liberdades e as isenções que têm as feiras francas de Viseu, de Trancoso e da Guarda, que se fazem por dias certos em cada ano.

15 E, para a dita feira ser melhor e mais honrada e os que a ela vierem acharem onde colocar as tendas para as suas mercadorias, mandamos-vos que, com os bens desse concelho, mandeis aí fazer, no rossio, ao lado do paço do concelho que mandámos fazer, dois bons alpendres grandes, um numa parte e outro na outra parte da praça, em que se vendam as ditas mercadorias. E também nos foi dito que se pode fazer no dito rossio um chafariz, para os animais beberem, que pode ser abastecido com a água de um rio que aí existe e que é do concelho.

25 E, para a dita feira ser mais honrada e para aqueles que a ela vierem terem, perto de si, onde dar água aos seus animais, mandamos que façais o dito chafariz e que sejam abertos canais para ter abundância de água. E, se não houver bens e rendas do concelho para que isto se possa fazer, mandamos-vos e permitimos que lanceis para isso contribuições extraordinárias sobre todos os moradores desse julgado, do mesmo modo que nós vos mandámos fazer para a construção do paço do concelho.

1. A confirmação da concessão régia de uma carta para a realização de «uma feira franca em cada ano» (linhas 5-6), em Vouzela, justificava-se
 - (A) pelo desejo de fomentar o mercado externo e de favorecer a integração do país nas rotas do comércio europeu.
 - (B) pela vontade de desenvolver os domínios senhoriais e de diversificar as fontes de rendimento das ordens privilegiadas.
 - (C) pela necessidade de aumentar a receita fiscal da Coroa e para limitar o crescimento dos homens de negócios.
 - (D) pela intenção de proteger os interesses dos mercadores portugueses e pela proximidade aos eixos de comunicação terrestres.

2. Na organização do espaço urbanístico de Vouzela, o «rossio» (linha 19), onde se realizava a feira, localizava-se
 - (A) no centro, dentro do espaço amuralhado, onde estavam instalados os principais núcleos do poder religioso, político e económico.
 - (B) no arrabalde, fora do espaço amuralhado, onde residia a comunidade mourisca, responsável pelo dinamismo económico do burgo.
 - (C) no termo, onde se localizavam as habitações dos mercadores abastados da cidade.
 - (D) na judiaria, onde os residentes comercializavam os seus excedentes agrícolas.

3. No quadro da construção do Portugal medieval, os concelhos, como o de Vouzela, eram
 - (A) senhorios onde o clero gozava de isenção judicial, fiscal e militar.
 - (B) propriedades obtidas através da presúria e pertencentes ao rei.
 - (C) comunidades populacionais detentoras de autonomia administrativa.
 - (D) domínios onde os nobres tinham poder sobre a terra e sobre os homens.

4. Nos séculos XIII e XIV, a política régia de criação de concelhos tinha por objetivo
 - (A) o controlo e a averiguação do estado dos bens do rei e dos bens da Coroa.
 - (B) o incremento dos impostos senhoriais sobre as comunidades dependentes.
 - (C) o povoamento e o desenvolvimento económico de regiões do interior.
 - (D) o fortalecimento das relações hierárquicas de vassalagem entre a nobreza.

GRUPO II

PORTUGAL E O IMPÉRIO COLONIAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX: DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO

Documento 1

O confronto entre liberais e absolutistas – perspectiva de um exilado em Londres (1828)

Os absolutistas pretendem despojar Portugal das instituições que o Senhor D. Pedro IV, seu legítimo monarca, lhe outorgara [...]. Em junho de 1826, com a Carta Constitucional, começou a divergência de opiniões. O governo [...], como a opinião pública se manifestasse, foi forçado a publicá-la, mas ao mesmo tempo começou-se a maquirar contra ela e contra o monarca [...]. Então começou a ouvir-se o nome do Infante D. Miguel, a insinuar-se que ele era o legítimo rei de Portugal [...]. Girou dinheiro, seduziu-se parte do exército, armou-se a rebelião. [...] Chegou por fim o Infante Regente, e então respiraram os absolutistas, que [...] ocuparam os primeiros cargos e depuseram todos os homens afetos à causa de D. Pedro [...]. Foi dissolvida a Câmara dos Deputados, [...] sem causa justificada [...]. E o governo representativo, de facto, deixou de existir em Portugal. [...] As câmaras municipais foram instruídas a dirigir representações ao Regente, em que deviam pedir que se declarasse rei absoluto e abolisse a Carta [...].

A única lei fundamental da monarquia portuguesa é a Carta Constitucional, e toda a legislação antecedente que a contrarie se acha abolida. [...] D. Pedro, que é filho de um rei português, que nasceu em Portugal e que reina num Estado que fez parte da monarquia portuguesa, não pode ser julgado estrangeiro. [...] A guerra do Brasil e a sua revolução são outro argumento que os inimigos da liberdade produzem para demonstrar que D. Pedro não pode ser rei de Portugal [...]. A revolução comunicou-se como um incêndio de Portugal ao Brasil, que sendo uma colónia adulta, estava disposta para a independência. Longe está que D. Pedro a promovesse [...].

D. Miguel promete ressuscitar o sistema em que o absolutismo pode medrar e oprimir os povos em seu nome. [...] Sendo a Carta Constitucional estabelecida por D. Pedro, legítimo rei de Portugal, só por ele ou por Deus pode a mesma ser revogada, e nunca por D. Miguel, que jurou cumpri-la e guardá-la como seu primeiro súbdito. [...] Uma parte dos absolutistas acha que o barulho da plebe e as deliberações das câmaras bastam para destronar D. Pedro; outra parte julga necessária a convocação das Cortes à maneira antiga. [...] Ora, sendo essas Cortes ilegais, todas as suas decisões serão igualmente nulas e não podem aproveitar ao partido usurpador.

Documento 2

O confronto entre liberais e absolutistas – perspectiva de José Agostinho de Macedo (1828)

Todos os portugueses [...] se devem indignar quando se lembrarem que os liberais, [...] inimigos da pátria, da religião e do rei, [...] vão buscar asilo na Grã-Bretanha para [...] vilipendiar a sua pátria, insultar o trono e o altar, [...] promover revoluções [...]. O rei legítimo de Portugal é o Senhor D. Miguel I, porque entrou na categoria de [filho] primogénito, porque sucede pelas leis primordiais a seu pai, porque é reconhecido e proclamado pela Nação, legitimamente representada nos três estados do reino [...]. A Carta, como eles dizem, outorgada pelo Senhor D. Pedro, não é, nem pode ser, obra sua [...]. É uma lei fundamental feita arbitrariamente, sem audiência de interessados [...].

Chegou o legítimo rei D. Miguel e foi visto com prazer pelos bons portugueses [...]. E, no meio das aclamações de toda a Nação [...], foi seguido pelos homens de bem, que ele soube desde logo chamar a si [...]. Era rei legítimo e não usurpador [...]. Sua Majestade não assumiu o título de rei senão depois de manifestar a todas as nações que o assumia por direito e por aclamação [...].

Os dois mais poderosos motivos por que D. Pedro perdeu o direito que, como primogénito, tinha ao trono de Portugal foram a revolução do Brasil, pela qual se separou para sempre de Portugal, e a guerra que declarou a seu pai e à Nação [...]. D. Pedro marchou como chefe dos revolucionários, faltou aos deveres de obediência ao pai, desmembrou a monarquia, escandalizou o mundo, dando um terrível exemplo de rebeldia [...].

As Cortes legítimas da Nação portuguesa formar-se-ão da reunião dos três distintos estados do reino [...]. A forma de representação política da Nação portuguesa [em duas câmaras] foi determinada pela chamada Carta Constitucional, que é nula por si mesma e pela autoridade de que emana, o puro arbítrio de um príncipe que se declarou estrangeiro [...]. Nós somos livres, o nosso rei é livre, dizem em 1828 as Cortes de Lisboa. Não queremos outro rei senão o Senhor D. Miguel I.

1. Na sequência da Revolução de 1820, a Constituição de 1822 representa uma tendência do liberalismo português que consagra
 - (A) a origem divina do poder, o papel absoluto do rei e o estatuto privilegiado do clero e da nobreza.
 - (B) a forma republicana de regime, a municipalização do país e a separação entre a Igreja e o Estado.
 - (C) a soberania popular, a limitação das prerrogativas reais e a abolição dos privilégios nobiliárquicos.
 - (D) o sufrágio indireto, o papel moderador do rei e a criação de Cortes compostas por duas câmaras.
2. Refira, a partir do documento 1, três fatores que contribuíram para a independência do Brasil.
3. Compare as duas perspetivas sobre o confronto entre liberais e absolutistas, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três aspetos em que se opõem.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Anónimo [*portuguez residente em Londres*], *Quem He o Legítimo Rey de Portugal? – Questão Portuguesa, submettida ao juizo dos homens imparciaes*, Londres, Officina Portuguesa, 1828, pp. 3-78, in <https://archive.org/stream> (consultado em 17/11/2015) (adaptado)

Doc. 2 – José Agostinho de Macedo, *Refutação do Monstruoso, e Revolucionário Escripto Impresso em Londres Intitulado Quem He o Legítimo Rei de Portugal?* [...], Lisboa, Impressão Régia, 1828, pp. 3-79, in <https://books.google.pt> (consultado em 18/11/2015) (adaptado)

GRUPO III

A CONSTRUÇÃO DO MODELO SOVIÉTICO: IDEOLOGIA E PRÁTICAS

Documento 1

Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado – proposta de Lenine, aprovada pelo III Congresso dos Sovietes, a apresentar à Assembleia Constituinte (janeiro de 1918)

Tendo-se determinado como missão essencial abolir toda a exploração do homem pelo homem, suprimir por completo a divisão da sociedade em classes, esmagar de modo implacável a resistência dos exploradores, estabelecer a organização socialista da sociedade e alcançar a vitória do socialismo em todos os países, a Assembleia Constituinte decreta:

- 1) Fica abolida a propriedade privada da terra. Declara-se que toda a terra, com todos os edifícios, o gado e as ferramentas, é património de todo o povo trabalhador.
- 2) Ratifica-se a lei soviética sobre o controlo operário [...], com o objetivo de assegurar o poder do povo trabalhador sobre os exploradores e como primeira medida para que as fábricas, minas, caminhos de ferro e demais meios de produção e de transporte passem por inteiro a ser propriedade do Estado operário e camponês.
- 3) Ratifica-se a passagem de todos os bancos para a propriedade do Estado, como uma das condições da emancipação das massas trabalhadoras do jugo do capital.
- 4) Fica estabelecido o trabalho obrigatório para todos, com o fim de eliminar as camadas parasitas da sociedade.
- 5) Decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação de um Exército Vermelho socialista de operários e camponeses e o desarmamento completo das classes proprietárias, com o objetivo de assegurar a plenitude do poder das massas trabalhadoras e de eliminar toda a possibilidade de restauração do poder dos exploradores.

Documento 2

O estalinismo – campos de trabalho e desenvolvimento industrial (1940)



1. Selecione o acontecimento que, em 1917, na Rússia, marcou o início do primeiro Estado socialista no mundo.

- (A) Revolução de Fevereiro.
- (B) Abdicação do czar.
- (C) Domingo Sangrento.
- (D) Revolução de Outubro.

2. Refira três características do modelo político-económico defendido por Lenine, refletidas no documento 1.

3. Associe cada um dos elementos presentes na coluna **A**, relativos ao modelo soviético, à respetiva definição que consta da coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Decreto do controlo operário	(1) Conjunto de metas para o desenvolvimento económico, definidas pelo Estado, para um período de cinco anos.
(b) Kolkhoz	(2) Coletivização do sector secundário, após a revolução bolchevique, e atribuição da gestão da produção aos operários.
(c) Plano quinquenal	(3) Desnacionalização, durante a NEP*, de pequenas empresas, muitas das quais foram entregues aos antigos proprietários.
	(4) Quinta, de propriedade estatal, cuja mão de obra assalariada era contratada por um período de cinco anos.
	(5) Quinta coletiva, cabendo ao Estado uma parte da produção e a restante aos camponeses, em função do trabalho efetuado.

* NEP/NPE – Nova Política Económica.

4. Explique, a partir dos documentos 1 e 2, três medidas políticas que definem o carácter totalitário do regime soviético.

Identificação das fontes

Doc. 1 – www.marxists.org (consultado em 20/11/2015) (adaptado)

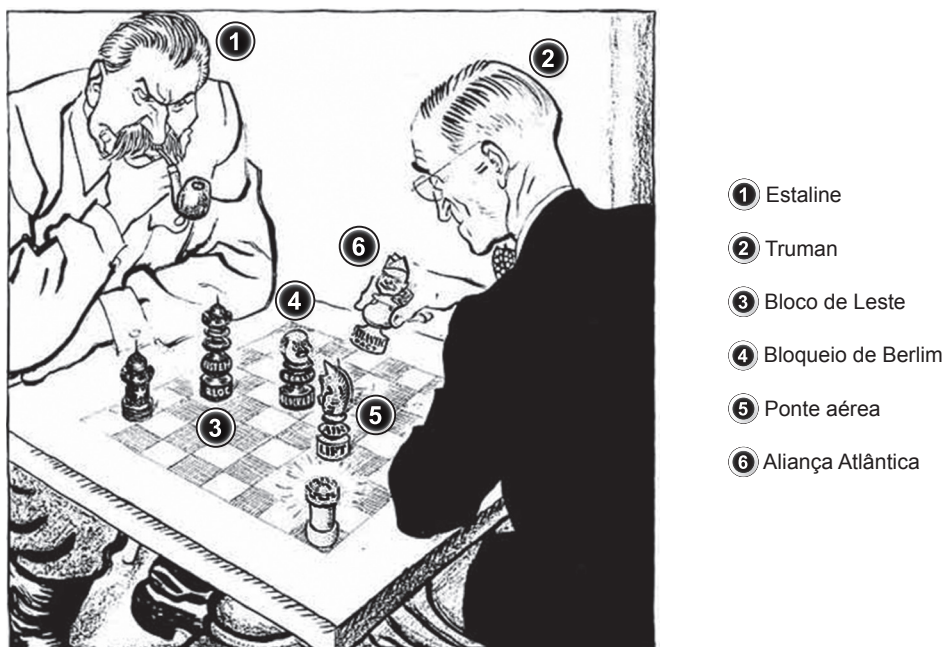
Doc. 2 – www.languagesoftheworld.info (consultado em 22/11/2015) (adaptado)

GRUPO IV

PORTUGAL E O MUNDO: DA GUERRA FRIA AOS PROBLEMAS DA ATUALIDADE

Documento 1

O ambiente político internacional após a II Guerra Mundial – caricatura (c. 1949)



Documento 2

O Estado Novo no quadro internacional do segundo pós-guerra – discurso de Salazar dirigido às Comissões da União Nacional (12/12/1950)

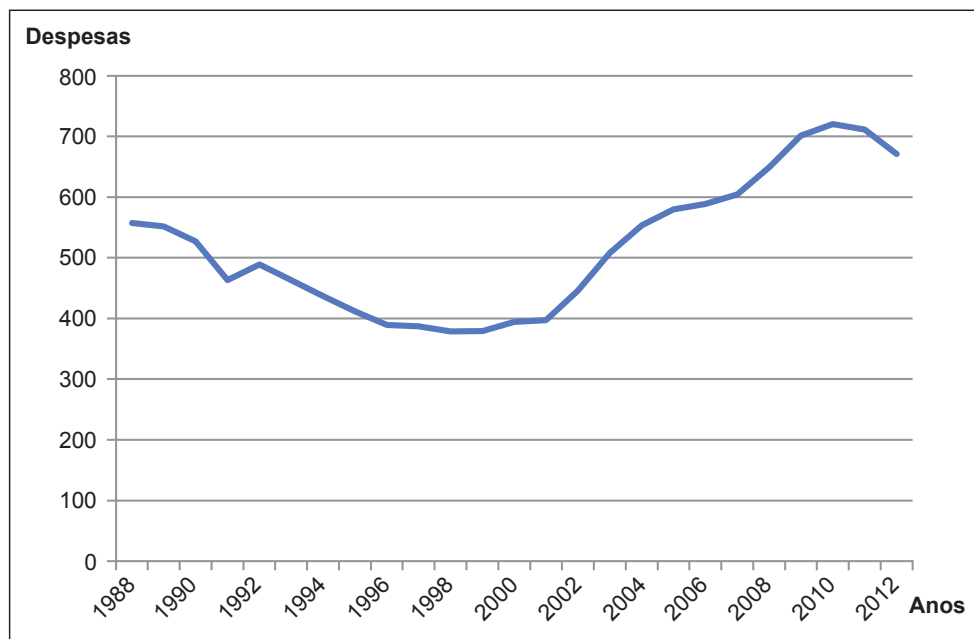
Como os estatutos [da União Nacional] precederam a Constituição, nasceram sobrecarregados de uma parte ideológica que parece não haver vantagem em conservar [...]. Uma tarefa deverá ser [...] o apoio às diretrizes que forem traçadas, sem essa discussão sistemática e infundável das coisas que não podem nem têm de ser discutidas [...].

Outra tarefa que se impõe à União Nacional é apoiar a atuação externa do Governo. [...] No meu entendimento, [...] a Rússia tem realizado com habilidade e proveito a [...] «exploração da vitória», continuando a guerra na paz. Isso tem-lhe permitido criar à sua volta [...] uma roda de países [satélites]. Nesta tentativa de alargamento da influência, a Rússia só parará onde uma força igual se lhe oponha. [...] O facto de os partidos comunistas nacionais se considerarem [...] secções de um partido que é um Estado estrangeiro faz deles instrumentos de uma política [...] predominantemente estrangeira. [...] Sendo contraditórios, no comunismo e no mundo ocidental, os conceitos básicos acerca do homem, da sociedade e da vida, todas as tentativas de conciliação na ordem interna estão votadas ao fracasso. [...] De há um ano para cá, a política das potências ocidentais passou a dispor de uma parte da iniciativa que até aí, e desde o fim da guerra, pertencera exclusivamente à Rússia. [...] Um conflito não pode ser evitado senão através de preparação bastante, tendente a restabelecer um equilíbrio de forças que torne a guerra negócio arriscado e grave. [...]

Esta política delicada e perigosa de se armar para a guerra por amor da paz exige sólidas frentes interiores [...]. O comunismo é, pois, como movimento revolucionário e expressão de uma política internacional agressiva, o grande inimigo do momento.

Documento 3

Evolução das despesas militares no orçamento dos EUA (1988-2012) (em milhares de milhões de dólares)



Documento 4

Conferência da ONU sobre as mudanças climáticas, Copenhaga (2009) – cartaz da Greenpeace



Tradução:

«Lamento. Poderíamos ter impedido as alterações climáticas catastróficas... Não o fizemos.»
Copenhaga 2009 – *Agir já – mudar o futuro*

1. Em Portugal, a sobrevivência do Estado Novo após o fim da II Guerra Mundial (documento 2), no contexto da Guerra Fria, ficou a dever-se

- (A) ao forte impulso industrializador proporcionado no quadro da reconstrução da Europa.
- (B) à neutralidade adotada durante o conflito e a pequenas mudanças na estrutura do regime.
- (C) ao alinhamento com as forças do Eixo durante a guerra e à consolidação do autoritarismo.
- (D) à modernização do sector agrícola no quadro da prosperidade dos «Trinta Gloriosos».

2. Indique o nome da organização política, surgida no imediato segundo pós-guerra, que reuniu a oposição democrática no combate às políticas do Estado Novo refletidas no documento 2.

3. Transcreva duas afirmações do documento 2 que justificam a manutenção, após a II Guerra Mundial, da política repressiva do Estado Novo relativamente à oposição comunista.

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relacionados com a história de Portugal e do mundo, do final da II Guerra Mundial ao início do século XXI. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

- (A) Eleição de Ronald Reagan nos EUA com um programa baseado no neoliberalismo.
- (B) Manifestações de regozijo, em Lisboa, pela vitória dos aliados na II Guerra Mundial.
- (C) Atentados nos EUA contra o World Trade Center e contra o Pentágono.
- (D) Lançamento do satélite Sputnik 1, que colocou a URSS na dianteira da conquista espacial.
- (E) Derrube do Estado Novo e instauração de um regime democrático em Portugal.

5. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Dos conflitos do mundo bipolar aos novos desafios do mundo unipolar.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- afirmação da política de blocos no segundo pós-guerra;
- hegemonia político-militar dos EUA na viragem para o século XXI;
- dificuldades colocadas pela emergência das questões transnacionais no mundo atual.

Identificação das fontes

Doc. 1 – <http://mason.gmu.edu> (consultado em 21/11/2015) (adaptado)

Doc. 2 – Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas IV, 1943-1950*, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, pp. 484-509 (adaptado)

Doc. 3 – <http://www.sipri.org> (consultado em 22/11/2015) (adaptado)

Doc. 4 – <http://osocio.org> (consultado em 22/11/2015) (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.	4.		
	5	5	5	5		20
II	1.	2.	3.			
	5	20	25			50
III	1.	2.	3.	4.		
	5	20	5	25		55
IV	1.	2.	3.	4.	5.	
	5	5	10	5	50	75
TOTAL						200

Prova 623

2.^a Fase

VERSÃO 1